



**PROCURADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO**

PREFEITURA DE ALEGRETE
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Alegrete, 24 de março de 2021.

PARECER/PGM/212/2021

Consultante: Gabinete do Prefeito

**PARCERIA – LEI 13.019/2014 –
APAE – INEXIGIBILIDADE –
POSSIBILIDADE**

I – RELATÓRIO

Trata-se do pedido de parecer oriundo do Gabinete do Prefeito, por meio do Memorando GAB/PREF/073/2021, que encaminha a esta Procuradoria o Plano de Trabalho e documentos referentes ao pedido de formalização de parceria com a entidade **ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE ALEGRETE**, CNPJ Nº 89.510.051/0001-77, e repasse a esta do valor mensal de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), totalizando o valor anual de **R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais)**.

A Lei 13.019/2014 estabelece o regime jurídico de parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, envolvendo ou não transferências de recursos, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termo de colaboração e fomento ou em acordos de cooperação. As organizações da sociedade civil estão identificadas no Art. 2º, I, da referida Lei.

Com a referida lei, foram estabelecidos requisitos de transparência, chamamento público (como regra), prestação de contas monitoramento e avaliação, dentre outros.

Portanto, não é suficiente, apenas, a análise da pessoa jurídica de direito privado para a aplicabilidade ou não da Lei 13.019/2014. É necessário que se analise conjuntamente o objeto da relação jurídica mantida com o Poder Público e a natureza da instituição com a qual tal vínculo foi celebrado. Somente a partir da análise da natureza jurídica e da pessoa com a qual o Município o celebrará é que se torna viável uma cognição acurada sobre a aplicação do regime jurídico das parcerias.

Pois bem, na presente situação trazida para análise desta Procuradoria, verifica-se, ante a leitura da documentação apresentada, mais especialmente em seu Estatuto Social, que a entidade postulante enquadrar-se-ia no conceito do disposto no art. 2º, inciso I, alínea “a” da Lei do Marco Regulatório, pois é entidade sem fins lucrativos e com fins não econômicos que tem, dentre suas finalidades, destacada no art. 9º de seu Estatuto Social, “promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla e transtornos globais de desenvolvimento, em seus ciclos de vida” e “prestar serviços de educação especial às pessoas com

deficiência preferencialmente intelectual e múltipla”.

Com efeito, contando com mais de 50 anos de existência e atuação no Município de Alegrete, trata-se da única entidade existente em âmbito municipal apta a cumprir a finalidade proposta, podendo assim ser utilizado o disposto no art. 31, da Lei 13.019/2014, que prevê a inexigibilidade de chamamento público, pois a entidade é a única que poderá realizar o objeto ao qual se propõe, dando base assim para posterior justificativa, nos termos do Art. 32 e seguintes da mesma lei.

II- CONCLUSÃO

Em razão das informações trazidas pela SECEL, bem como aquelas constantes nas cópias dos documentos e o previsto no Estatuto Social da entidade, o que configuraria assim a inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil para a consecução do objeto em voga, tem-se por preenchidos os requisitos do art. 31 da Lei 13.019/2014, o que permite que seja considerado inexigível Chamamento Público previsto ao art. 23 e seguintes do diploma citado.

Todavia, deve ser ressaltado que as Certidões Negativas da Fazenda Municipal, Estadual e Federal estão desatualizadas. Portanto, devem ser providenciadas as Certidões Negativas atualizadas e inseridas nesse processo.

Por fim, sugere-se, para fim de organização, seja realizada a autuação desta documentação, com a colocação de capa e inserção nessas informações importantes (nome do projeto, nome da entidade, secretaria solicitante, valor total, por exemplo).

É o parecer, s.m.j.



Daniel Biacchi Rosso
Procurador-Geral do Município
OAB/RS 75.693